



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A EDUCAÇÃO SOB O OLHAR JORNALÍSTICO DO “O ITABERABA”

Edilaine dos S. Silva*
(UESB)

RESUMO

Durante algum tempo muitos historiadores ignoravam a História da Educação enquanto campo de análise. Atualmente as tendências estão mudando e cada vez mais aparecem pesquisas e trabalhos voltados para esta temática. Este artigo surge a partir da investigação jornalística no município de Itaberaba na década de 1930, tentando compreender como se disseminava as ideias sobre educação em suas páginas.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação educacional. Educação. Notícias jornalísticas.

INTRODUÇÃO

É no contexto de rupturas e transformações entre “o velho e o novo” e a preocupação em modernizar o país que acontecem as manifestações da sociedade brasileira contra os resquícios do poder oligárquico que ainda se fazia presente.

A burguesia, as reformas educacionais, a Semana de Arte Moderna, o tenentismo eram manifestações que iam de encontro ao velho, à tradição representada pelas oligarquias que controlavam o país, bem como ao analfabetismo considerado como a causa da permanência das elites oligárquicas no poder e um dos principais fatores de atraso do país. (LUZ, 2008. p. 236-237)

*Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia; pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo (GPEC); E-mail: lainnesillva@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Cresce neste momento inicial na década de 1920 e que se prolonga até 1930 uma profusão de ideias para uma educação que considere a nova organização da sociedade sob o ideal republicano, ou seja, que supere o regime anterior e dê sentindo a uma nova mentalidade sobre o homem moderno. Sendo assim o Estado de São Paulo foi o primeiro a dar início a uma série de reformas que contemplassem esse imaginado cidadão.

Nesta mesma conjuntura a ebulição intelectual crescia, um grupo formado por educadores inconformados com a situação que o país vivia, articularam um manifesto denominado de Manifesto dos Pioneiros que além da laicização do ensino, sugeriam uma mudança expressiva na escola tradicional. Os pioneiros afetaram a constituição da educação também no que tange a cobrança da responsabilidade do Estado com a escola pública, além disso, propunham o método intuitivo, aprofundando esta discussão que já havia surgido no país desde o fim do século XIX.

Com a República, a discussão sobre como alfabetizar a população brasileira e levar assim o país rumo a evolução cultural reforçou-se com a ideia de progresso, que estava sempre associada ao grau de instrução de um povo. Logo brotaram inúmeras teorias pedagógicas de como alcançar essa cidadania idealizada. Como seria esse cidadão que se pretendia formar? Como adequar aquelas pessoas em uma “nova sociedade” que não tem espaço para a falta de cultura? Ou como perguntou o próprio Ministro da Educação e Saúde Pública -Francisco Campos¹²⁶ - em uma das sessões da IV Conferência Nacional de Educação: “Que queremos fazer do homem, educando-o?” (CUNHA, 2003, p.34).

¹²⁶ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Minas Gerais em 1891, advogado, jurista e político atuou no cenário mineiro e posteriormente nacional. Em 1926, com a posse de Antônio Carlos no governo de Minas Gerais, assumiu a secretaria do Interior daquele estado. Influenciado pelo movimento renovador da Escola Nova, promoveu uma profunda reforma educacional em Minas.

Construiu alianças políticas, o que posteriormente o ajudou a assumir o Ministério de Educação e Saúde. Após deixar o cargo de ministro ocupou outras funções na esfera política e foi um dos principais articuladores do Estado Novo.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A escola começou a ganhar formas modernas baseada no higienismo e também passou a ser *locus* do conhecimento científico, diferenciado do espaço familiar - onde se aprendia fazendo as atividades da casa¹²⁷-, a própria estrutura arquitetônica dos prédios escolares passou a ser minuciosamente planejada para dar sentido a esse novo ambiente pedagógico. “(...) a escola tinha como função ‘normatizar’ as pessoas primando por uma sociedade civilizada e ordeira, por meio de uma educação conformadora”. (ROSA, 2007, p.1) indivíduo deveria ser higienizado para que pudesse assim atingir a família e tornar a sociedade melhor organizada e mais próspera.

Foi principalmente na década de 1930¹²⁸ que se conseguiu uma organização nacional sobre ensino, caracterizado por uma intensa normatização. Rocha (1990), em seu primeiro capítulo “A questão do Ensino na Ordem Política dos Pós-30”, mostra a redefinição do papel da União na política pública de educação, aponta a Reforma Campos e o pensamento renovador enquanto elementos normativos do Ensino pós-30, verificando a permanência de tais elementos até o ano de 1945.

Além disso, a educação nesse período também teve grande influência da própria expansão capitalista, ocorrendo assim uma preocupação em qualificar as massas para o trabalho manual. Lembrando que as reformas citadas não deram ênfase ao ensino primário, só posteriormente que se cria uma Lei Orgânica do Ensino Primário (LOEP), a Instrução Primária só foi “reformada” em 1946, estabeleceu a organização, categorias, estrutura e outros aspectos da Instrução Primária, teve como seu principal executor Gustavo Capanema. .

¹²⁷ Para saber mais sobre como a escola tornou-se um espaço privilegiado de saber científico ler NUNES, Clarice em seu artigo intitulado “Quando a casa vira escola: a modernidade pedagógica no Brasil”. Onde ela analisa em que momento a escola começou a representar um espaço diferenciado do espaço familiar e como as discussões sobre infância influenciou o novo “*habitus* pedagógico”.

¹²⁸ A partir de 1931, Francisco Campos publicou vários decretos, que juntos são denominados de Reforma Campos. Essa reforma não organizou o ensino primário, mas regulamentou, na esfera nacional, a educação brasileira.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Verifica-se assim que o Estado tentou normalizar ações e instituir regras e reformas para a unificação do ensino em todo país, sendo por meio de prédios escolares, com arquitetura que atendesse ao novo pensar pedagógico, ou também por meio de diretrizes e legislações educacionais. A política educacional iniciada na década de 1930 foi direcionada para o âmbito da esfera federal, através da União, no sentido de normatizar e ditar modelos a serem seguidos e uniformizar o heterogêneo.

Esse novo pensar pedagógico e essa “máquina ideológica” que é a escola foram alvos de intensa discussão não só entre legisladores educacionais e políticos, mas também em jornais e revistas. A população parecia ter consciência da importância da instrução, mas também reproduzia a ideologia propagada pelo Estado: Progresso do país através da escolarização dado povo.

Assim, os periódicos expressaram significativamente a difusão das ideologias educacionais, e o jornal “O Itaberaba” seguia nessa mesma perspectiva, apontando que “flor da sociedade” itaberabense pensava a respeito do tema.

O Jornal “O Itaberaba” era uma publicação semanal, com assinatura, de 1926 a 1954. Sob a direção de Roque Fagundes de Souza, que posteriormente (década de 1940), se tornaria o Delegado Escolar do município, tratava de assuntos relacionados à “fina flor da sociedade itaberabense” anunciando visitas ilustres, nascimento, aniversário e morte de personalidades locais, mas também trazendo sempre informações de cidades vizinhas, do Estado e do país.

As notas retiradas do jornal relacionadas à Educação falam consideravelmente em três aspectos: civismo, patriotismo e progresso. O que não é um fato dissociado do contexto, visto que o ideal de cidadão desta época é permeado pelas ideias higienistas e patrióticas, dentro da ordem cívica para o progresso da nação. “(...) Acreditava-se que a socialização da criança através da escola seria a garantia de um adulto cômico de seu papel de cidadão, mantenedor da ordem republicana” (LUZ, 2008, p. 238). Também chamava a atenção dos colunistas,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

a sucessão de eventos patrióticos organizados pelos docentes da escola; as festividades cívicas efetuadas pelas Escolas Reunidas Castro Cincurá¹²⁹ tornavam-se atos públicos e excelente exemplo para os “jovens construtores da nação brasileira”.

Outro aspecto valorizado pelo jornal se refere ao papel da família no processo de escolarização. Em artigo denominado “A Escola e a Família” corroboram as ações da política de valorização do papel da escola para construção da nacionalidade brasileira em busca de progresso e evolução.

(...) A escola que é a organização da vida na sociedade; a escola que é o objectivo essencial do poder hamonico, para o equilíbrio das faculdades phisicas, intellectuaes e moraes, no intuito de tornar solidos os fins superiores da sociedade na formação do caracter de uma nacionalidade; a escola que é a primeira condição de progresso de um povo, de uma população, até porque, ella é o factor que revela resolver na sua eficiencia o magno problema de ordem economica, financeira e politica de uma nação.(...)Da escola se imprime a elaboração da familia, da sociedade e o progresso. (O Itaberaba, 17/06/1933. p.2).

Diante do exposto pelo jornal, tem-se idéia da importância da escola no seio da família, que por fim “leva a sociedade para um patamar mais evoluído”, a educação do período tem essa finalidade, sempre associada à evolução e progresso. O papel da escola não era só formar o aluno, mas moralizar, moldar e solidificar as concepções que tornariam a sociedade superior e acima de tudo com acentuado nacionalismo.

O papel da família era de colaboração com as diretrizes escolares; deveria inspecionar os conhecimentos adquiridos pelos filhos na escola e ao mesmo tempo exercitar o civismo e cultivar a ordem. Ambas as instituições se complementavam.

¹²⁹ Criada pelo Decreto nº1.898- 4 de agosto de 1926 e inaugurada em 11 de setembro de 1932, ministrava o Ensino Primário e funcionou até o ano de 2007.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Nota-se em alguns trechos a concepção de educação que se tenta construir, associado à idéia de civilização.

O Brasil que se acha em paz e que está organizando a sua lei constitucional, necessita de que os seus homens, neste momento, não se esqueçam do que mais interessa á Pátria, que é a alfabetisação da enorme maioria de brasileiros que vive cega, surda e muda, quase como bichos, a falta do A B C (O Itaberaba, por Wenceslau de Souza Santos, 20/11/1932, p. 8).

Percebe-se que o teor ainda é mais incisivo ao comparar a população com bichos por conta da ignorância. O saber, deste modo, é sempre valorizado e calcado no bem e salvação da nação e como uma forma de combater a doença moral de um povo. Se as pessoas não têm acesso à educação, não tem como se expressar e assim viveriam na completa ignorância. Aproxima-se, desta forma, ao Darwinismo Social¹³⁰, onde a cultura - símbolo da civilidade/humanidade- deveria sobrepor-se à ignorância/animalesca. A escola tinha que cumprir seu papel de salvadora da espécie humana contra a deterioração moral.

A ideologia do governo de difusão da “Ordem e o Progresso” funcionou, chegou ao interior do Estado da Bahia e se disseminou através de vários periódicos que circularam na ocasião.

A concepção do “Itaberaba” ultrapassa a perspectiva do olhar para a escola somente na construção de identidades e saberes, assim, constatamos em alguns artigos a importância da uniformização escolar, de tal maneira, que uma das notícias é sobre a inauguração de fardamento de alunos de escola privada, motivo de festas. Há também uma notícia em que denuncia que uma criança não tem

¹³⁰ O Darwinismo Social é uma adaptação do campo biológico para o social, baseado nas idéias de Charles Darwin, pregava que os aspectos biológicos e sociais determinariam a superioridade de um povo, seja através da cultura ou mesmo da raça. É aplicado neste artigo referente à idéia comum na época que acreditava na evolução do povo através da educação, a ignorância era muito temida, pois estava associada ao primitivo. A historiadora Lilia Schwarcz em “O espetáculo das raças” explica as teorias raciais do século XIX no Brasil e sua influência entre os intelectuais brasileiros.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

acesso à escola por conta de não possuir condições para adquirir uniforme, o jornal faz então um apelo para que seja criada uma Caixa Escolar:

Porque não tem roupa

Maria Augusta de Oliveira, menina vivaz de 9 annos de idade, esteve nesta redacção e nos contou a sua situação de angustia á mingua de alphabetisação.

Disse-nos que já sabe quase toda a carta de A B C, entretanto, não pode ir á escola porque não tem roupa, pois falta recurso a sua mãe viuva, de nome Ernestina, para tal fim.

E' este o seu maior pezar na vida: Não poder aprender ler porque não tem roupa! Isto mesmo disse-nos a activa criança, ' jadeclarei ao digno Director Escolarque condoido, lamentou a minha situação. '

Que seja criada uma Caixa Escolar (O Itaberaba, 01/07/1933, p.2).

Vê-se a insistência do autor da nota em dizer que a criança não tem roupa para ir à escola, o título da notícia já é “Porque não tem roupa” e no corpo do texto cita esta frase mais duas vezes querendo dar ênfase à necessidade da menina que não tem condições de possuir fardamento, ao fim pede a criação de uma Caixa Escolar.

O fardamento ganha importância porque representa a disciplina, imprime a docilidade dos corpos e a formação de identidades. A farda limita o aluno, pois padroniza , encobre e coage os corpos e representa a extensão da instituição, e é também, uma condição para se frequentar o espaço escolar.

Além disso, é importante lembrar que desde a lei que regulamentou a instrução em 1925, há um artigo sobre a criação de caixa escolar, com intuito de ajudar os alunos menos favorecidos. “Com o fim de incrementar a frequência à escola por parte das crianças menos favorecidas da fortuna, será criado na sede de cada município, uma caixa escolar”.¹³¹

Ainda no artigo da lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, prescreve:

¹³¹ In. BAHIA, Centro de Estatística e Informação. Legislação da Educação na Bahia. lei nº 1.846, DE 14 de agosto de 1925 Art. 106º- Vol. I, 1920-1980. Lei nº 1.846, DE 14 de agosto de 1925 Capítulo VII/ Artigo 106º.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Art. 378 – A caixa escolar incrementará a freqüência pelos seguintes meios:

- 1) fornecimento de merenda;
- 2) distribuição de roupas e calçados;
- 3) fornecimento de medicamentos;
- 4) distribuição de objetos indispensáveis ao uso pessoal;
- 5) distribuição de prêmios.

A criança citada pela notícia deveria ser amparada pela Caixa Escolar, esta deliberaria (como aparece no artigo acima) a “*distribuição de roupas e calçados*”. A partir de outras notícias publicadas pelo jornal, compreendemos a importância do fardamento para a inserção das crianças no espaço escolar e nos eventos cívicos. O uniforme aparece sempre associado à idéia de homogeneização, porque dilui as diferenças, a criança uniformizada não é distinguida por classe social ou identidades particulares, é assim símbolo de unidade, ordem e coletividade.

As Escolas Reunidas Castro Cincurá promoviam eventos patrióticos, tentando civilizar/ educar o futuro cidadão, sendo assim fizeram uma série de homenagens ao seu patrono, salientando que a maioria desses paraninfos eram sempre homens bem destacados no cenário político/social, houve ainda nesse espaço escolar hasteamento de bandeiras e comemorações de datas “importantes”.

O dia da Bandeira

Realisaram-se ontem nesta cidade, festas em homenagem ao dia da Bandeira, promovidas pelo Delegado Escolar, eexmo (...) Dr. Clovis Leone, honrado Juis de Direito desta Comarca e a distinta Directora das Escolas Reunidas, Professora D. Maria Isaura de Carvalho Netto.

Apresentaram-se as escolas reunidas da cidade, collegios particulares, autoridades, familias e imprensa.

Foi uma sagração vibrante ao ‘symbolo augusto da Pátria.’ (Jornal O Itaberaba, 20/11/1937, p.6)

Percebemos que os símbolos representativos da pátria eram sempre exaltados em cerimônias cheias de pompa e formalidade, as escolas que

promoviam tais eventos estavam sempre sendo apoiadas pela comunidade local, que fazia desses momentos um culto à nacionalidade e a formação cívica não só das crianças em idade escolar, mas de toda a sociedade que participava dessa comunhão de ideais pátrios.

O patrono das Escolas Reunidas Castro Cincurá era José Gonçalves de Castro Cincurá, Deputado Estadual com exercício em 1901- 1902, ou seja, era uma figura muito influente e importante para o estado, nascido em Andaraí (próxima a cidade de Itaberaba), conseqüentemente também muito significativo para a Itaberaba.¹³² Ainda hoje ao entrar no prédio onde funcionava a escola, a primeira coisa que vemos é o retrato do patrono, fica logo no hall de entrada.

Foto 1- José G. de Castro Cincurá.



FONTE: Arquivo pessoal da autora

Mesmo contemplando as cerimônias e as comemorações da escola, havia uma preocupação do jornal também com a frequência escolar, esta era obrigatória para crianças de 7 a 12 anos,

¹³² Disponível em <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=582>

Fonte: ALBA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA/ Setor responsável: Diretoria Parlamentar / Divisão de Pesquisa



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

pois “Anísio queixava-se em 1928 que a sociedade baiana colocava seus filhos apenas dois anos na escola. Depois que aprendiam a ler, escrever e contar eram retirados” (LUZ, 2009, p.110). A ação jornalística tinha por objetivo o cumprimento do compromisso dos pais em enviarem seus filhos à escola,

A frequencia de alumnos ás nossas escolas

Em dia desta semana, mesmo por espírito de curiosidade, este á porta do nosso Prédio escolar um repórter deste jornal que observou ao sahir das aulas, apenas 73 alumnos.

Achamos um numero muitissimo resumido, porquanto, temos certesa que a nossa cidade tem mais de 200 meninos em idade escolar (...)

Tendo a nossa cidade um prédio de primeira ordem onde funcionam as escolas (...) [uma pequena parte do documento encontra-se ilegível por conta de uma fita adesiva transparente] cooperando assim para o equilibrio e melhor desenvolvimento do ensino entre entrenòs , obrigando os seus filhos, tutelados ou empregados a irem á escola todos os dias , até porque ha no regulamento da Instrucção Publica a lei de obrigatoriedade a que estão sujeitos os encarregados das crianças em idade escolar. (...)

Cuidemos da nossa alphabetisação porque della depende o futuro da Pátria. (O Itaberaba, 12/08/1933, p. 1).

É no mínimo curiosa a presença do repórter na porta da escola, tudo isso para contar quantos alunos saiam do estabelecimento de ensino. O intuito aparente desta ação é a preocupação com frequência dos alunos, o cumprimento da lei e ao mesmo tempo é uma vigilância social.

O núcleo escolar deveria ser vigiado para que as pessoas cumprissem suas responsabilidades, os professores de ensinar, os alunos de estudar e os pais de assegurar a ida dos filhos para a escola, isso garantiria o bom funcionamento da sociedade A imprensa surge neste momento com a função do que vigia para reclamar, uma força coercitiva para execução de uma proposta: Pais levarem alunos para a escola e verificarem como esta executa a proposta de educar.

O estudo das notas sobre educação no jornal “O Itaberaba” é uma forma de contextualizar as reformas e leis em níveis nacional, regional com o local. Situa a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

cidade, seus agentes e pensamentos no contexto histórico escolhido e ao mesmo tempo evidencia a dinâmica das relações entre jornal/sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, Azilde L. *O projeto de ascensão social através da educação escolarizada na década de 1930*.
- CUNHA, Nóbrega da. *A revolução e a educação*. Brasília: Plano Editora, 2003.
- DUARTE, Adriano Luiz. *Moralidade pública e cidadania: a educação nos anos 30 e 40*. In: Revista Educação e Sociedade, ano XXI, nº73, Dezembro, 2000.
- FALCON, Francisco José Calazans. *História Cultural e História da Educação*. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006, p. 331
- FOCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas Históricas da Educação*. São Paulo: Editora Ática, 2004. 4.ed.
- LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (orgs.). *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008.
- MIGUEL, Maria E.B. *A Legislação Educacional: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira*. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_072.html
- NUNES, Clarice. *As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas*. In. BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p.103-125.
- PRIORE, Mary Del. *Fazer História, Interrogar Documentos...* Disponível em http://www.upf.br/ahrindex2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=37- Arquivo Histórico Regional.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes. *Educação Conformada: a política pública de educação no Brasil- 1930/ 1945*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROSA, Josineide. *A construção da Brasilidade: a política educacional no Governo Vargas 1930-1945*. In. Revista Multidisciplinar nº4- dezembro de 2007.
- SCHWARCZ, Lilia. *Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e Memórias da educação no Brasil, vol.III: Século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

VEIGA, CyntiaGreive. História Política e História da Educação. In. Cynthia Greive Veiga, Thais Nívia de Lima e Fonseca (Orgs.) *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Editora: Autêntica, 1.ed.1.reimp. p.13-45, 2008.

O Itaberaba, 20/11/1932, p.8.

O Itaberaba, 17/06/1933. p.2.

O Itaberaba, 01/07/1933, p.2.

O Itaberaba, 12/08/1933, p.1.

O Itaberaba, 20/11/1937, p.6.